Resenha do livro «A Animação Cultural: conceitos e propostas», de Victor Andrade de Melo

*Leoncio José de Almeida Reis**

*Fernando Renato Cavichioli***

Resumo: Animação Cultural é uma ferramenta pedagógica que pode ser empregada em diferentes contextos e espaços sociais e que possui uma finalidade clara de intervenção. Instaura-se a partir do desejo de modificar a realidade e da compreensão de que uma atuação dentro desta perspectiva pode ser uma importante ferramenta para essa conquista. Com a estratégia de ação fundamentada na ideia de mediação, visa a uma formação societária mais justa, igualitária e democrática, com os indivíduos respeitando e mediando suas diferenças; reconhecendo e explorando suas possibilidades criativas e de obtenção de prazer; e posicionando-se de maneira ativa e crítica perante a sociedade.

Palavras-chave: Animação. Cultura. Arte. Recreação.

Parte dos estudos empreendidos pelo autor Victor Andrade de Melo foram direcionados para os estudos da Animação Cultural. Publicado em 2006, o livro *Animação Cultural: Conceitos e Propostas* é uma tentativa de apresentar, de forma mais concatenada, alguns de seus estudos sobre o tema. Abordar resumidamente alguns pontos importantes dessa obra é, precisamente, o objetivo desta resenha. Começamos, então, pelo primeiro capítulo, no qual o autor busca apresentar conceitos e definições para os estudos culturais e a animação cultural.

Segundo o autor, a Animação Cultural é uma ferramenta pedagógica que pode ser empregada em diferentes contextos e espaços

* Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: leojar_edf@yahoo.com.br

** Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor do curso de Mestrado e Graduação em Educação Física do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: cavicca@ufpr.br

sociais e que possui uma finalidade clara de intervenção social. Embora relute em apresentar uma definição precisa e estática, Melo a define como:

Para satisfazer qualquer necessidade de uma definição mais clara e direta, tenho definido a Animação Cultural como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica), pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude a nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa (MELO, 2006, p. 28-29, grifos do autor).

Melo destaca que a animação cultural é uma temática bastante discutida na Europa (sob terminologia animação sociocultural) enquanto, no Brasil, apesar de muitos autores, equivocadamente, considerarem o tema acabado – algo que, a seu ver, certamente prejudica os avanços teóricos no campo – ela ainda está dando os seus primeiros passos. Compreende que a Animação Cultural, juntamente com os estudos do lazer, possuem peculiaridades e semelhanças com os Estudos Culturais e que, por isso, as discussões travadas neste campo de estudo podem ser importantes e úteis para pensarmos o lazer e a própria animação cultural. Uma das semelhanças indicadas pelo autor é o fato de que todos esses campos de estudos necessitam transitar interdisciplinarmente (pós-disciplinar, para alguns), ou seja, romper com a tradicional “burocracia disciplinar universitária”, já que o apoio teórico em uma única disciplina isolada não fornece condições suficientes para desvelar e compreender as complexidades que abarcam os processos culturais.

Segundo o autor, os Estudos Culturais são perspectivas teóricas que se originam da preocupação de Raymond Willians e E. P.

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 357-371, julho/setembro de 2009.

Thompson com o processo de educação no ensino noturno. Ambos lecionavam para classes de operários ingleses na década de 50 e discutiam alternativas e possibilidades de intervenção pedagógica que superassem a mera reprodução de conteúdo e que pudessem contribuir de maneira efetiva na educação e na formação do indivíduo para a sociedade. É um campo de estudo que, inicialmente, focalizou os debates no âmbito da cultura das minorias, preocupado politicamente com a transformação social. Posteriormente, embora o foco sempre se mantivesse voltado à intervenção política e social, esses estudos foram disseminados em contextos acadêmicos e culturais diversificados e tiveram suas discussões ampliadas.

A discussão a respeito da Animação Cultural, assim como nos Estudos Culturais, instaura-se a partir do desejo de modificar a realidade social e da crença de que uma atuação dentro da perspectiva da própria animação cultural pode ser uma importante ferramenta para essa conquista, um meio para tal transformação. O objetivo seria o estabelecimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, na qual os indivíduos pudessem viver livremente e de maneira digna, respeitando e mediando suas diferenças, reconhecendo e explorando suas possibilidades criativas, posicionando-se de maneira ativa e crítica perante a sociedade. Neste sentido, o lazer seria um dos espaços sociais que permitiria a atuação do animador cultural com vista a esses objetivos:

[A animação cultural] é uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento (MELO, 2006, p. 29).

Em vários momentos, o autor evidencia as limitações da intervenção da animação cultural no âmbito do lazer, evitando possíveis considerações utópicas ou supervalorizações a respeito, como a de que esta forma de intervenção seria a principal ou a única para a construção de uma nova ordem social. Mesmo assim, ressalta sua importância.

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

Mas como esta prática pode ser capaz de interferir diretamente na realidade social a ponto de mudá-la? Como a Animação Cultural como prática pedagógica poderia auxiliar nesta luta?

Para o autor, a transformação na sociedade se dá com a transformação do indivíduo:

[...] uma construção social mais justa somente pode se dar quando tivermos indivíduos fortes e ativos, sujeitos que possam se expressar e se posicionar de maneira clara e explícita.[...]

Logo, é necessário dar espaço para a auto-descoberta dos indivíduos e isso só será possível pelo questionamento dos excessos de disciplina e controle (MELO, 2006, p. 65).

É possível perceber que Melo está preocupado em indicar em seu estudo não só como este processo de “fortificação”, educação e superação do indivíduo poderia ser estimulado, mas principalmente, de modo contrário, como este processo não deveria ser feito. Aponta isso comentando sobre o constante equívoco de muitas propostas de intervenções que, ao invés de estimular os indivíduos de modo a favorecer a compreensão dos fenômenos a partir de suas próprias interpretações, agem no sentido de, incondicionalmente, inculcar nos indivíduos valores pré-concebidos, determinados idealisticamente pelos educadores como “certos” ou “corretos”:

[...] defendo que, mais do que estar preocupado em construir uma uniformidade de valores supostamente revolucionários, o animador cultural deveria buscar valorizar e ressaltar as diferenças, os diferentes olhares sobre uma realidade a partir da mediação e diálogo no âmbito das representações diversas, sempre tendo em vista buscar estimular cada indivíduo à busca do prazer em seus sentidos mais ampliados (MELO, 2006, p. 66).

Ao se libertar de concepções que se preocupam em disseminar, por intermédio das práticas situadas no âmbito do lazer, “valores supostamente revolucionários” e em determinar antecipadamente o que deve ou não ser feito, o que é ou não correto, Melo acaba

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 357-371, julho/setembro de 2009.

oferecendo uma alternativa de intervenção no âmbito do lazer bastante interessante, já que direciona o raio de atuação da sua proposta intervencionista sobre a característica que, a nosso ver, é central nas atividades de lazer, o prazer.

De acordo com o nosso entendimento, o que o autor propõe é que se ofereçam aos sujeitos alvos de um programa de intervenção, não uma “uniformidade” de valores determinados de forma antecipada, segundo vontades e ideais de educadores supostamente dotados de razão e senso moral, nem somente certos tipos limitados de atividades de lazer, mas sim um leque variado de opções de lazer das quais o indivíduo poderá extrair prazer e, por meio das quais, poderá desenvolver seu senso crítico a ponto de julgar por si mesmo quais são os valores a serem assimilados.

Reconhecendo a atual situação de propostas de intervenção no âmbito do lazer, Melo repreende:

Há também em minhas preocupações uma provocação a muitas propostas correntes de intervenção no âmbito do Lazer e da Animação Cultural. No meu modo de entender, persiste uma preocupação exacerbada com a questão do “desenvolvimento de novos valores” (com a construção de uma nova ética, algo muitas vezes eivado de uma forte carga moralista) e uma sutil desconsideração com a questão da educação de novos olhares, novas sensações, novas sensibilidades (MELO, 2006, p. 39).

Pautada nos estudos da Animação Cultural, a estratégia fundamental de ação sugerida pelo autor seria a mediação. Segundo o autor, com base na mediação o animador cultural seria capaz de possibilitar e facilitar a aquisição do conhecimento sem ter que obrigatoriamente transmiti-lo de forma unilateral. Melo alerta que esta atuação deve ser cautelosa, para não cair na armadilha de se julgar o que deveria ou não ser estimulado. Por isso, na visão do autor, o animador não pode querer controlar, “mas sim tematizar e estimular o descontrolo” (MELO, 2006, p. 63). Assim, o processo de educação se daria não pela construção de ideias, mas pela “desconstrução de mentalidades e de olhares”. A missão do animador cultural seria a

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

de despertar nos indivíduos novas formas de compreender a realidade, estimulando sua reflexão e possibilitando o questionamento do contexto no qual está inserido.

[...] a idéia de mediação parece mesmo ser fundamental para lidarmos com a intervenção no âmbito da cultura. Tenho pensado na idéia de estabelecimento de uma certa “desorganização”: o processo de educação se daria pela busca de instaurar um incômodo.

[...] No fundo, a Animação Cultural é uma proposta de educação que, ao buscar quebrar uma certa unilateralidade no processo de comunicação, parte do princípio da “deseducação”, da desestabilização (MELO, 2006, p. 43-44).

No segundo capítulo do livro, “Animação cultural e educação estética”, Melo encaminha a discussão sobre como a educação estética poderia (e deveria) contribuir para a atuação pedagógica principalmente no que se refere aos interesses culturais.

Entendendo a estética como uma das formas pela qual o indivíduo se apropria da realidade, Melo considera fundamental uma atuação que vise a estimular a sensibilidade e a percepção dos indivíduos, pois isso lhes permitiria desenvolver novas formas de encarar a realidade. Segundo o autor, um processo de educação estética, de educação das sensibilidades, ao oferecer novas formas de interpretar e experimentar a realidade ampliaria a capacidade de julgamento dos indivíduos, tornando-os mais críticos e mais tolerantes, e, possivelmente, potencializaria o prazer de cada um.

O animador cultural deve ser fundamentalmente um estimulador de novas experiências estéticas, alguém que em um processo de mediação e diálogo, pretende apresentar e discutir novas linguagens; um profissional que educa ao incomodar e informar sobre as possibilidades de melhor sorver, acessar e produzir diferentes olhares.” (MELO, 2006, p. 60).

A educação estética, quando bem encaminhada, diz o autor, possibilitaria ao indivíduo, através do desenvolvimento de suas subjetividades, julgar a partir de seu próprio referencial, qual seria, por

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 357-371, julho/setembro de 2009.

exemplo, a obra de arte mais bela, o filme mais interessante a ser assistido, a atividade de lazer mais prazerosa e, até mesmo, qual atitude seria a mais “correta”. Essa liberdade individual de julgamento dependeria da oportunização e do estímulo para o desenvolvimento das subjetividades, sendo a atuação do animador cultural, por meio da educação estética, necessária e indispensável para isso.

É nesse sentido que defende uma intervenção pedagógica no âmbito do lazer, lembrando-nos que cuidados também são necessários neste caso, pois, segundo ele, não se deve idealizar e determinar uma subjetividade a ser “aplicada”, mas sim oferecer espaços e possibilidades que permitam aos indivíduos construir suas próprias subjetividades.

Cabe ao animador cultural, mais do que conduzir rebanhos por supostos caminhos de felicidade, buscar despertar e ampliar em cada indivíduo a descoberta subjetiva do prazer enquanto princípio transformador de vida. É óbvio que cada indivíduo possui a capacidade de sentir prazer e escolher, mas seria isto um princípio de sua vida? Estaria essa possibilidade minorada, reduzida, acanhada? Trata-se da descoberta de novos princípios de vida, com menos constrangimentos, com mais poesia e arte no cotidiano, apoiada em compreensões estéticas diversas, ampliadas e divergentes, e não homogêneas e restritas (MELO, 2006, p. 67).

Ao abordar as questões relacionadas à arte, reafirma a importância de uma educação das sensibilidades ao defender que “arte seria aquilo que as pessoas sentem como arte. A questão passa a ser que condições os indivíduos têm para que possam desenvolver ou não seu potencial de sentir” (MELO, 2006, p. 36).

Critica o julgamento antecipado e preconceituoso sobre o valor artístico de uma manifestação cultural, afinal, defende que arte não é só aquilo que as classes dominantes definem, mas toda a manifestação que pode ser sentida como arte. Dever-se-ia, portanto, ampliar este conceito.

O autor ainda aponta que questionar e problematizar os conceitos de arte e da estética determinados por uma tradição pautada

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

nos interesses da ideologia dominante é uma das tarefas do animador cultural. No entanto, isso não significa, avisa o autor, negar ou menosprezar as famosas e clássicas obras de arte, pois essas podem e devem ser apreciadas – algo que só é possível se os indivíduos tiverem acesso a esses bens culturais e se forem educados suficientemente para apreciar tais bens, processo que exige constante estímulo e oportunidade –, significa que os indivíduos devem ser estimulados a compreender como e porque esses bens culturais foram assim determinados, como se deu esse processo. O principal, além disso, deve ser conscientizar os indivíduos para que se reconheçam como potenciais produtores de arte e cultura “[...] temos trabalhado com a idéia de que a questão é sempre estimular uma postura produtiva, o que significa também a possibilidade de dialogar criticamente com o que tem sido historicamente produzido.” (MELO, 2006, p. 32).

Segundo essa discussão, o autor considera a experiência artística indispensável ao desenvolvimento do ser humano e de suas sensibilidades. Por isso, entende que a educação para a arte (também inserida dentro da educação para o lazer) seria fundamental, até mais importante que a educação pela arte, pois a arte não precisa ser utilizada como meio de educação pois, por si só, ela já tem uma função social:

A arte cumpre sua função social quando permite ao indivíduo exercer sua possibilidade de crítica e de escolha; quando amplia, ao incomodar, as formas de ver a realidade; quando educa para a necessidade de olhar cuidadosamente (tão importante em um mundo de signos e símbolos); também quando desencadeia vivências prazerosas (embora estas não devam ser consideradas como único padrão de julgamento: por vezes não é essa a intencionalidade do artista). Quando cumpre esses papéis, a arte extravasa sua existência para além da manifestação em si. Quando não, as obras podem não passar de algo amorfo para alguns, privilégio de uma minoria. (MELO, 2006, p. 36-37).

Com relação à cultura de massas produzida pela indústria cultural, Melo reconhece o impacto desta dentro da sociedade moderna e defende que, igualmente às outras manifestações culturais, ela

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 357-371, julho/setembro de 2009.

não pode ser simplesmente negada ou desvalorizada, pois nem tudo o que é por ela produzida pode ser considerado, como muitas vezes o é, lixo cultural. Nem sempre o que é produzido por esse sistema, ressalva o autor, é necessariamente descartável.

Para contrapor esse modelo de produção e reprodução cultural vigente, o autor defende uma postura crítica do animador cultural, sempre pautada a partir da mediação e se afastando ao máximo de autoritarismos ou imposições sobre o que deve ou não ser consumido, afinal, almeja-se que os indivíduos, com base no desenvolvimento de suas sensibilidades e de sua capacidade crítica, julguem e decidam por si próprios:

[...] não se trata de substituir uma alienação a favor da ordem social por outra suposta contra a ordem social, nem negar ao público as possibilidades de prazer, tão bem trabalhadas de forma dinâmica pela cultura de massas. Se a indústria cultural tem sucesso é também porque articuladamente consegue despertar prazer ao mesmo tempo que induz a uma representação de prazer interessante para seus intuitos. Contrapor isso somente é possível se paulatinamente conseguirmos despertar novas possibilidades e novas representações de prazer (MELO, 2006, p. 62).

Afirma que é necessário se afastar da compreensão comum de que as atividades no âmbito do lazer são necessariamente, de forma linear e oposta, atividades de resistência ou reprodução do sistema dominante. E também que não podemos acreditar que tudo aquilo que é produzido e oferecido pela indústria cultural é consumido, obrigatoriamente, de forma passiva e acrítica pelos indivíduos. Portanto, o que é produzido pela indústria cultural pode, muito bem, ser trabalhado no próprio âmbito da cultura como forma de resistência.

Exemplo disso é a sua compreensão de que os meios de comunicação em si não são ruins para sociedade, o problema está em como eles são utilizados pela indústria cultural. Não se deve confundir meio com fim, aponta o autor:

[...] um projeto estratégico de mediação parece estar apontado a partir da própria cultura de massas, não a “demonizando” ou a julgando de forma linear ou

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

maniqueísta. Será que os meios de comunicação em si são ruins ou complicado é uso majoritário que se faz deles na sociedade contemporânea? Será que são homogêneos ou há alternativas? Como lidar com possíveis potenciais de emancipação construídos pela própria cultura de massas, a partir da idéia de reapropriação e ressignificação? (MELO, 2006, p. 44-45)

Tentando aprimorar as discussões em torno da animação cultural, Melo procura, no quarto capítulo, “Animação Cultural e cinema: os comentários cinematográficos”, estabelecer um diálogo entre cinema, arte e educação estética, dando princípio à elaboração de uma metodologia para a aplicação dos conceitos da animação cultural envolvendo o cinema. Explica que o cinema é uma das manifestações culturais mais difundidas no mundo contemporâneo, uma atividade muito procurada nos últimos tempos como opção de lazer, e que influencia diretamente a dinâmica cultural e é por ela influenciado. É um poderoso dispositivo de representação que, por meio dos valores, normas e princípios difundidos, interfere na formação dos sujeitos e na sociedade.

Acredita que esta manifestação artística pode ser usada com fins educativos e lamenta a escassez de intervenção e o pouco reconhecimento atribuído a essa possibilidade de ensino, chegando, até mesmo, a defender o cinema como conteúdo específico de educação na escola. Afirma que: “o racionalismo extremo que permeia as instâncias pedagógicas induz à redução da preocupação com a educação da sensibilidade, uma dimensão fundamental da construção do indivíduo e da sociedade, relegando à arte um lugar secundário.” (MELO, 2006, p. 94)

É neste contexto, insistindo na importância de uma educação para o lazer que encaminha as discussões sobre como a animação cultural pode atuar na promoção de uma educação para o cinema. Um ponto crucial é a preocupação com a qualidade do que está sendo assistido e consumido, afinal:

Se um filme carrega em si uma determinada representação de valores, não podemos negar, mesmo que não

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 357-371, julho/setembro de 2009.

devamos considerar de forma linear, as suas repercussões na vida em sociedade. Por certo, um filme é só um filme, não é em si realidade, mas indubitavelmente carrega em si olhares e intencionalidades sobre a sociedade, tendo um forte potencial de influência na formação de mentalidades (MELO, 2006, p. 96).

Alerta novamente para o perigo de se determinar a priori o que deve ou não ser assistido, já que a atuação do animador cultural deve estar direcionada a estimular e desenvolver a sensibilidade do indivíduo, para que sua escolha seja pessoal e livre, e não arbitrariamente conduzida.

Deve-se oferecer a estes indivíduos novas experiências cinematográficas, a fim de contrastar com o que é constantemente propagado de forma limitada pela indústria cultural/meios de comunicação. Enfatiza que o objetivo não é se posicionar contra o que é comumente difundido pela indústria cultural (principalmente pela indústria cinematográfica norte-americana), mas oferecer possibilidades para que o indivíduo estabeleça uma postura crítica e um diálogo com o filme e não simplesmente absorva aquilo.

Julga importante que sejam comentados e trabalhados, dentro deste processo educativo, alguns elementos como: aspectos técnicos de cada filme (características relacionadas à linguagem cinematográfica: câmera, iluminação, som, edição) e das produções cinematográficas em geral (o processo de criação e execução de um filme: roteiro, filmagem, montagem, distribuição, exibição); o contexto histórico no qual o filme foi produzido, bem como as diversas correntes, tendências e manifestações dos diferentes movimentos cinematográficos da história do cinema; a discussão das ideias transmitidas pelo filme, o diálogo com a crítica e a reflexão sobre o impacto emotivo do filme, as sensações despertadas e as expectativas e satisfações provocadas.

Melo acredita que uma proposta direcionada neste sentido, principalmente através da arte, ao estimular e desenvolver as sensibilidades dos indivíduos, pode ampliar as possibilidades de lazer, e consequentemente, de obtenção de prazer:

Creio que uma das responsabilidades de toda intervenção pedagógica deve ser a educação das sensibilidades.

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

Não se trata somente de educar para a construção de novos valores, mas de entender que a educação estética é uma necessidade e é tão importante quanto qualquer outra perspectiva de atuação. Devemos compreender que há uma articulação entre valores e sensibilidades na formação dos sujeitos e das sociedades, daí a necessidade de uma ação articulada em ambos os âmbitos (MELO, 2006, p. 122).

O esporte, uma das manifestações culturais mais difundidas e acessadas no século XX, como o cinema, ao ser compreendido como arte, também pode, segundo o autor, contribuir nesse processo de educação das sensibilidades. Mas como pode o esporte ser considerado arte? Essa é a discussão central encontrada no quinto e último capítulo, intitulado “Esporte e arte: uma proposta de Animação Cultural”.

Para o autor, não é incomum observarmos muitas manifestações artísticas tendo como tema principal o esporte. No cinema, por exemplo, muitos são os filmes que trazem o esporte como temática principal ou que o utilizam como cenário para a trama¹. Também facilmente observável é a “[...] comparação de atletas com artistas, belas jogadas com obras de arte ou utilização de termos artísticos como referência a peculiaridades dos certames esportivos” (MELO, 2006, p. 123). As modificações contemporâneas dos conceitos de arte e esporte contribuem para uma aproximação ainda maior destes. De um lado a arte teve sua definição ampliada, muitos dos objetos e manifestações que antes não eram consideradas artísticas, agora o são; do outro, o esporte se vê permeado de manifestações artísticas e observa-se claramente uma valorização dos elementos estéticos, sendo eles importantes para certas modalidades esportivas, ou mesmo, determinantes de um bom espetáculo. O autor aponta outros elementos em comum:

Não devemos ainda negligenciar o grande número de similaridades entre os campos esportivo e artístico,

¹ Uma discussão interessante entre cinema e esporte é apresentada no relatório de pesquisa: MELO, Victor Andrade de. *Esporte e cinema: diálogos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Estudos Culturais). Disponível em: http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/cin_esp_rel.pdf.

inclusive nas suas formas de organização, eivadas de elementos simbólicos, e em seu desenvolvimento em lugares específicos, regulados por normas próprias: teatros, museus, cinemas ou estádios. Ambos causam um enorme fascínio, porque nos permitem o acesso a elementos de identificação, de proximidade. A diferença é que o esporte é uma arte popular, mais acessível, normalmente mais facilmente apreciável (MELO, 2006, p. 126).

Desta maneira, Melo acredita que o esporte pode ser trabalhado com fins educacionais através da arte e, também, como via pedagógica de uma educação para a arte. Aliado a outras manifestações artísticas (como o cinema, a literatura, a poesia etc), a prática esportiva em si pode ser trabalhada como conteúdo específico (o que o autor denomina utilização da arte para discutir a prática esportiva em si); pode-se ampliar as discussões para o âmbito social, histórico e político (utilização da arte para uma discussão ampliada por meio do esporte); e, também, discutir essas próprias manifestações artísticas que estão sendo utilizadas para abordar o esporte (utilização da arte, por meio do esporte, para uma educação para a arte).

Conclui que é por meio de uma democratização real e efetiva das possibilidades de sentir, olhar, e experimentar a realidade que uma sociedade mais justa pode ser construída.

Em síntese, na proposta de intervenção articulada a uma educação para o lazer, de Vitor Melo, ganha destaque a educação estética, ou seja, a questão do desenvolvimento e aprimoramento dos gostos, sensibilidades e do prazer estético. Se pudéssemos resumir em uma única frase a proposta de intervenção no âmbito do lazer apresentada por Melo envolvendo a estética e a animação cultural, simplificariamos da seguinte forma: oferecer múltiplas possibilidades de uma alfabetização cultural, e, conseqüentemente, de desenvolvimento do prazer estético. Ao invés de determinar, em termos de educação para o lazer, uma direção certa a ser seguida, ou seja, de delimitar o que deve ser ou não praticado, sua proposta está centrada na ideia de ofertar um leque de opções com diversos caminhos a serem percorridos e, juntamente, os conhecimentos que se fazem necessários para que cada um desses caminhos seja devidamente explorado.

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.

Se estamos vivendo num tipo de sociedade que, comparada a outras sociedades que existiram na história da humanidade, mais oferece em termos de possibilidades e opções de lazer, nada mais justo do que disponibilizar a todos os indivíduos oportunidades iguais de desfrutar dessa gama variada de opções, bem como oferecer os elementos necessários para que esses indivíduos ampliem suas possibilidades de obtenção de prazer e desenvolvam seu espírito crítico a partir dessas opções. É com muita originalidade e ousadia que Melo (2006) apresenta sua proposta de intervenção nesse sentido, fazendo com que seu livro *A Animação Cultural* seja uma leitura indispensável para os envolvidos com os estudos do lazer e praticamente obrigatório para os profissionais de educação física que trabalham com a educação para o lazer.

Summary of the book “A Animação Cultural: conceitos e propostas” by Victor Andrade de Melo

Abstract: Cultural Animation is a pedagogical tool that can be used in different context and social spaces and has a clear purpose of intervention. Establishes itself from the desire to change the reality and the understanding that an intervention within this perspective can be an important tool for this achievement. With the strategy of action based on the idea of mediation, seeks to build a society more just, egalitarian and democratic, with the people learning to respect and mediate their differences, acknowledging and exploring their creative possibilities and placing itself in an active way and critical towards society.

Keywords: Animation. Art. Culture. Recreation.

Reseña del libro “A Animação Cultural: conceitos e propostas” de Victor Andrade de Melo

Resumen: Animación cultural es una herramienta pedagógica que puede ser utilizado en diferentes contextos sociales y tiene un propósito claro de intervención. Se establece desde el deseo de cambiar la realidad y el entendimiento de que una intervención dentro de esta perspectiva puede ser una herramienta importante para este logro. Con la estrategia de acción basada en la idea de la mediación, con el objetivo de construir una sociedad más justa, igualitaria y democrática, con la gente aprendiendo a respetar sus diferencias, reconocer y explorar sus posibilidades creativas y de puesta en forma activa y crítica hacia la sociedad.

Palabras clave: Animación. Cultura. Arte. Recreación.

REFERÊNCIA

MELO, V.A. de. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas, SP: Papirus, p. 144, 2006.

Recebido em: 10.02.2009

Aprovado em: 05.05.2009

Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 03 p. 357-371, julho/setembro de 2009.